



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

## INTERSETORIALIDADE E MULTIDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ARTICULAÇÕES ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E REDE DE APOIO

INTERSECTORALITY AND MULTIDISCIPLINARITY IN INCLUSIVE  
EDUCATION: CONNECTIONS BETWEEN SCHOOL, FAMILY, AND  
SUPPORT NETWORK

INTERSECTORIALIDAD Y MULTIDISCIPLINARIEDAD EN LA  
EDUCACIÓN INCLUSIVA: CONEXIONES ENTRE LA ESCUELA, LA  
FAMILIA Y LA RED DE APOYO

### RESUMO

Este artigo analisa a relevância da intersectorialidade e da multidisciplinaridade para a consolidação da educação inclusiva, com ênfase na articulação entre escola, família e rede de apoio no atendimento aos estudantes da Educação Especial. O problema da pesquisa parte da constatação de que a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes ainda são prejudicadas pela fragmentação institucional, por práticas medicalizantes e por uma cultura escolar pouco responsiva à diversidade. O objetivo consiste em discutir, à luz de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, como a ação colaborativa entre diferentes setores e profissionais pode fortalecer o direito à educação numa perspectiva inclusiva. O referencial teórico central dialoga com Mantoan, Booth, Ainscow, Sasaki, Pletsch, Glat, Florian, Beyer, Slee, Vygotsky e Prieto. A análise evidencia que a inclusão não se reduz à matrícula, mas exige reorganização curricular, eliminação de barreiras, corresponsabilização interinstitucional, formação docente e participação ativa das famílias. Conclui-se que a intersectorialidade e a multidisciplinaridade, quando orientadas por uma concepção crítica de inclusão, ampliam as possibilidades de aprendizagem, de reconhecimento da diferença e da justiça educacional, desde que não desloquem da escola sua responsabilidade pedagógica, mas a fortaleçam em rede.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; educação especial; intersectorialidade; multidisciplinaridade; escola e família.

### ABSTRACT

This article analyzes the relevance of intersectorality and multidisciplinary to the consolidation of inclusive education, emphasizing the articulation among school, family and support networks in the schooling of Special Education students. The research problem is grounded in the persistence of institutional fragmentation, medicalizing practices and school cultures that remain insufficiently responsive to diversity. The objective is to discuss, through a qualitative bibliographic study, how collaborative action among different sectors and professionals may strengthen the right to education from an inclusive perspective. The theoretical framework is based on Mantoan, Booth, Ainscow, Sasaki, Pletsch, Glat, Florian, Beyer, Slee, Vygotsky and Prieto. The analysis shows that inclusion cannot be reduced to school access, but requires curricular reorganization, barrier removal, interinstitutional co-responsibility, teacher education and active family participation. It is concluded that intersectorality and multidisciplinary, when guided by a critical conception of inclusion, expand possibilities for learning, recognition of difference and educational justice, provided that they strengthen, rather than replace, the school's pedagogical responsibility.

**Keywords:** Inclusive education; special education; intersectorality; multidisciplinary; school and family.

### RESUMEN

Este artículo analiza la relevancia de la intersectorialidad y de la multidisciplinariedad para la consolidación de la educación inclusiva, con énfasis en la articulación entre la escuela, la familia y la red de apoyo en la atención a los estudiantes de la Educación Especial. El problema de investigación

parte de la constatación de que la permanencia, la participación y el aprendizaje de estos estudiantes aún se ven perjudicados por la fragmentación institucional, por prácticas medicalizantes y por una cultura escolar poco receptiva a la diversidad. El objetivo consiste en discutir, a la luz de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, cómo la acción colaborativa entre diferentes sectores y profesionales puede fortalecer el derecho a la educación desde una perspectiva inclusiva. El marco teórico central dialoga con Mantoan, Booth, Ainscow, Sasaki, entre otros autores. El análisis evidencia que la inclusión no se reduce al acceso a la matrícula, sino que exige reorganización curricular, eliminación de barreras, corresponsabilidad interinstitucional, formación docente y participación activa de las familias. Se concluye que la intersectorialidad y la multidisciplinariedad, cuando están orientadas por una concepción crítica de inclusión, amplían las posibilidades de aprendizaje, de reconocimiento de la diferencia y de justicia educativa, siempre que no desplacen de la escuela su responsabilidad pedagógica, sino que la fortalezcan en red.

**Palabras clave:** Educación inclusiva; educación especial; intersectorialidad; multidisciplinariedad; escuela y familia.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como princípio ético, político e pedagógico orientador dos sistemas educacionais comprometidos com o direito de todos à escolarização. No entanto, entre a afirmação normativa da inclusão e sua materialização cotidiana, persistem tensões relacionadas à organização escolar, à formação de professores, à insuficiência de recursos públicos e à permanência de concepções que associam diferença a déficit. Nessa conjuntura, a inclusão dos estudantes da Educação Especial demanda mais do que matrícula em classes comuns: requer condições concretas de participação, aprendizagem e pertencimento.

Mantoan (2015) sustenta que incluir implica transformar a escola e não apenas adaptar o estudante a uma estrutura previamente excludente. Em convergência, Booth e Ainscow (2011) compreendem a inclusão como processo de enfrentamento das barreiras à aprendizagem e à participação, envolvendo culturas, políticas e práticas escolares. Essa formulação desloca o foco das limitações individuais para a análise crítica dos dispositivos institucionais que produzem exclusão. Sasaki (2010) reforça tal entendimento ao defender a inclusão como paradigma social fundado na equiparação de oportunidades e no reconhecimento da diversidade humana.

No campo da Educação Especial, Pletsch (2014), Glat (2018) e Prieto (2006) assinalam que a efetivação das políticas inclusivas depende da articulação entre atendimento educacional especializado, trabalho pedagógico na classe comum, gestão escolar, formação continuada e diálogo com as famílias. Flolrian (2014) e Slee (2011), por sua vez, alertam que a retórica inclusiva pode ser esvaziada quando não enfrenta as desigualdades estruturais e as lógicas meritocráticas que regulam os

sistemas escolares. Beyer (2006), ao discutir a educação inclusiva no contexto brasileiro, destaca a necessidade de reorganização institucional e de superação da cultura homogeneizadora do ensino.

A partir dessas contribuições, este artigo problematiza a seguinte questão: de que modo a intersectorialidade e a multidisciplinaridade podem contribuir para a consolidação de práticas educacionais inclusivas comprometidas com o desenvolvimento e a escolarização dos estudantes da Educação Especial? O objetivo é analisar a importância do suporte articulado entre escola, família e rede de apoio, compreendendo-o como condição estratégica para a permanência, a participação e a aprendizagem em uma perspectiva inclusiva.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Educação inclusiva e educação especial: Bases conceituais e políticas

A educação inclusiva não pode ser reduzida a uma técnica de atendimento à diversidade, tampouco a um conjunto de adaptações periféricas na rotina escolar. Trata-se de uma concepção de educação que afirma o direito de todos os estudantes de aprenderem juntos, em ambientes comuns, com reconhecimento de suas singularidades e com a eliminação das barreiras produzidas pela própria instituição escolar. Nessa direção, Booth e Ainscow (2011) propõem compreender a inclusão como movimento contínuo de ampliação da participação, de revisão de culturas excludentes e de produção de políticas e práticas comprometidas com a equidade.

Mantoan (2015) argumenta que a escola inclusiva rompe com o paradigma integracionista, segundo o qual o estudante precisa demonstrar condições mínimas para se ajustar ao padrão escolar estabelecido. Em lugar dessa lógica, a autora sustenta que a escola desse rever seus modos de ensinar, avaliar e organizar o currículo, assumindo a heterogeneidade como dado constitutivo do processo educativo. Sassaki (2010) amplia a discussão ao situar a inclusão no interior de um paradigma social que rejeita a segregação e reivindica acessibilidade, participação e valorização das diferenças.

No caso da Educação Especial, Prieto (2006) ressalta que sua função, na perspectiva inclusiva, é ofertar apoios e serviços que complementem ou suplementem o processo de escolarização, sem se constituir como sistema paralelo. Pletsch (2014) e Glat (2018) observam que essa redefinição exige deslocar práticas historicamente

centradas no encaminhamento, no laudo e na compensação de déficits para ações pedagógicas articuladas com o currículo comum. Beyer (2006) reforça que a inclusão exige mudanças institucionais profundas, sobretudo na cultura avaliativa, na organização do trabalho docente e no modo como a diferença é lida pela escola.

A literatura crítica também adverte que a inclusão pode ser apropriada de forma superficial. Slee (2011) sustenta que políticas inclusivas podem conviver com práticas seletivas quando não enfrentam as estruturas que historicamente definem quem é considerado ensinável e em quais condições. Florian (2014) acrescenta que uma pedagogia verdadeiramente inclusiva não se limita a criar respostas individualizadas após a exclusão já estar em curso; ela precisa ser planejada desde o início para acolher a variabilidade dos estudantes. Nesse sentido, a educação inclusiva demanda revisão sistêmica e compromisso político com a justiça educacional.

## **2.2 Intersetorialidade como condição de sustentação da inclusão**

A escolarização dos estudantes da Educação Especial envolve dimensões pedagógicas, comunicacionais, sociais, emocionais e, em determinadas situações, de saúde e proteção social. Por essa razão, a ação da escola, embora central, mostra-se insuficiente quando isolada. A intersetorialidade emerge, então, como princípio de gestão e de cuidado que busca articular diferentes políticas públicas e serviços em torno de demandas complexas, evitando a fragmentação do atendimento e a transferência indevida de responsabilidades entre instituições.

No âmbito da educação inclusiva, a intersetorialidade deve ser compreendida não como simples justaposição de encaminhamentos, mas como construção de fluxos permanentes de comunicação, planejamento e acompanhamento. Prieto (2006) assinala que a garantia do direito à educação depende de políticas articuladas e da responsabilização compartilhada entre os diferentes setores do poder público. Pletsch (2014) observa que, quando a escola atua sozinha diante de situações que envolvem vulnerabilidade social, necessidades de comunicação alternativa, acompanhamento terapêutico ou apoio à família, há maior risco de respostas improvisadas e pedagogicamente frágeis.

Booth e Ainscow (2011) ajudam a compreender esse ponto ao indicarem que as barreiras à participação não se localizam apenas na sala de aula, mas atravessam os modos de gestão, as relações institucionais e os vínculos entre escola e

comunidade. Desse modo, a articulação com serviços de saúde, assistência social e proteção de direitos pode ampliar a compreensão das condições concretas de vida dos estudantes e favorecer a construção de estratégias mais consistentes. Contudo, essa articulação não deve subordinar a educação a perspectivas estritamente clínicas. Ao contrário, deve fortalecer a leitura pedagógica da escola, para que o estudante não seja reduzido ao diagnóstico.

Slee (2011) alerta que expansão de discursos técnicos sobre a diferença pode reforçar novos mecanismos de classificação e controle. Por isso, a intersectorialidade precisa ser orientada por uma perspectiva ética de direitos, e não por uma lógica de triagem. Quando bem estruturada, ela contribui para evitar descontinuidades no acompanhamento, apoiar famílias em contextos de vulnerabilidade e sustentar processos inclusivos mais coerentes com a complexidade das trajetórias escolares.

### **2.3 Multidisciplinaridade e trabalho colaborativo: Limites e potencialidades**

A multidisciplinaridade, no contexto da educação inclusiva, refere-se à interlocução entre diferentes áreas do conhecimento na análise das necessidades e potencialidades dos estudantes. Professores, profissionais do atendimento educacional especializado, gestores, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e profissionais de apoio podem contribuir, sob distintas perspectivas, para a compreensão ampliada do processo de escolarização.

Todavia, a presença de muitos especialistas, por si só, não garante práticas inclusivas; é preciso que haja projeto comum, linguagem compartilhada e centralidade do trabalho pedagógico.

Glat (2018) e Pletsch (2014) enfatizam que o trabalho colaborativo constitui elemento decisivo para que os apoios especializados não se convertam em ações paralelas ao currículo. Em lugar de uma divisão rígida entre quem ensina e quem apenas diagnostica ou acompanha, as autoras defendem processos de coanálise e corresponsabilização, capazes de subsidiar adaptações pedagógicas, flexibilizações curriculares, mediações comunicacionais e estratégias de avaliação mais responsivas. Prieto (2006) igualmente destaca que os serviços de apoio devem articular-se ao projeto pedagógico da escola e às demandas reais da sala de aula.

Florian (2014) contribui para esse debate ao propor uma pedagogia inclusiva fundada no planejamento para todos, e não em respostas remediativas dirigidas apenas a alguns. Tal perspectiva reduz a dependência de soluções individualizantes

e estimula práticas didáticas mais flexíveis, capazes de beneficiar o conjunto da turma. Mantoan (2015) converge com essa leitura ao afirmar que a diferenciação pedagógica não significa ensino inferiorizado, mas diversificação de percursos e estratégias para assegurar a participação de todos.

Por outro lado, Beyer (2006) e Slee (2011) advertem para o risco da multidisciplinaridade ser apropriada sob viés medicalizante, especialmente quando o saber especializado passa a definir de maneira unilateral as possibilidades do estudante. Nesses casos, o laudo tende a sobrepor-se à experiência escolar concreta, e a escola pode deslocar para especialistas externos a responsabilidade por ensinar. Uma multidisciplinaridade comprometida com a inclusão precisa operar de forma crítica, reconhecendo a contribuição dos diferentes campos sem esvaziar a função educativa da escola.

#### **2.4 Escola, família e mediação social do desenvolvimento**

A parceria entre escola e família constitui dimensão estratégica para a inclusão, sobretudo porque a escolarização dos estudantes da Educação Especial é atravessada por experiências, expectativas e condições de vida que ultrapassam o espaço escolar. Vygotsky (2007) demonstra que o desenvolvimento humano é socialmente mediado e se constitui nas interações que o sujeito estabelece com o outro e com a cultura. Essa formulação permite compreender que aprendizagem e desenvolvimento não se produzem isoladamente, mas em contextos relacionais marcados por mediação, linguagem e participação social.

Sob essa ótica, a família não pode ser vista apenas como destinatária de orientações escolares ou como responsável por suprir carências do estudante. Ela é portadora de conhecimentos sobre a trajetória, os modos de comunicação, as respostas emocionais e as potencialidades da criança, do adolescente ou do jovem, sendo, portanto, parceira na construção das estratégias educacionais. Mantoan (2015) destaca que o diálogo com as famílias favorece a superação de estigmas, amplia o conhecimento da escola sobre o estudante e fortalece vínculos de confiança. Glat (2018) acrescenta que a corresponsabilização entre escola e família exige escuta, acolhimento e pactuação realista de objetivos.

Entretanto, essa relação não está isenta de tensões. Muitas famílias enfrentam sobrecarga, fragilidade das políticas públicas, experiências prévias de exclusão e dificuldades de acesso à própria rede de apoio. Quando a escola adota

postura prescritiva ou culpabilizadora, aprofunda-se a distância entre os atores envolvidos. Booth e Ainscow (2011) lembram que a construção de culturas inclusivas requer participação e confiança mútua, o que supõe reconhecer as famílias como sujeitas de direitos e interlocutoras legítimas.

A articulação entre escola, família e rede de apoio torna-se, assim, condição para que o processo educativo considere o estudante em sua integralidade, sem dissolver o pedagógico em ações assistenciais, mas também sem ignorar os fatores sociais e subjetivos que impactam a escolarização. Uma prática inclusiva consistente depende de mediações compartilhadas, de comunicação contínua e de decisões construídas a partir da realidade concreta de cada contexto escolar.

## **2.5 Desafios contemporâneos e proposições para o fortalecimento da rede de apoio**

Apesar dos avanços legais e teóricos, a materialização de práticas intersetoriais e multidisciplinares ainda encontra obstáculos significativos. Entre eles, destacam-se a precarização do trabalho docente, a ausência de tempos institucionais para planejamento coletivo, a rotatividade de profissionais, a fragilidade da formação continuada, a burocratização dos encaminhamentos e a dependência excessiva de diagnósticos para legitimar apoios. Tais fatores tendem a produzir respostas fragmentadas, centradas em urgências imediatas e pouco articuladas ao projeto pedagógico da escola.

Pletsch (2014) aponta que a ampliação do acesso escolar não foi acompanhada, em muitos sistemas, de condições estruturais equivalentes para assegurar permanência e aprendizagem. Prieto (2006) observa a formulação de políticas inclusivas nem sempre se converte em reorganização efetiva do cotidiano escolar. Florian (2014) e Slee (2011) reforçam que a inclusão corre o risco de se tornar retórica vazia quando mantidas práticas avaliativas seletivas, currículos rígidos e expectativas reduzidas para determinados estudantes.

Nesse cenário, algumas proposições mostram-se centrais. A primeira consiste em institucionalizar espaços permanentes de estudos de caso, planejamento colaborativo e avaliação conjunta entre professores, profissionais do atendimento educacional especializado, gestão escolar e demais serviços da rede. A segunda envolve investir em formação continuada crítica, voltada à análise de barreiras, à diferenciação pedagógica e à construção de currículos acessíveis. A terceira diz

respeito ao fortalecimento de protocolos intersetoriais que respeitem as especificidades da escola, evitando tanto o isolamento quanto a captura da educação por discursos alheios ao campo pedagógico.

Também se faz necessário avançar na construção de culturas escolares menos normalizadoras. Mantoan (2015), Booth e Ainscow (2011) e Sasaki (2010) convergem ao defender que a inclusão exige revisão de valores, relações de poder e formas de participação. Isso implica reconhecer que o problema não reside na diferença em si, mas na forma como a instituição organiza tempos, espaços, currículos e expectativas. Desse modo, fortalecer a rede de apoio significa, antes de tudo, consolidar uma escola capaz de ensinar na diversidade e de atuar em diálogo com outras políticas sem renunciar à sua função social.

### 3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, orientada pela análise crítico-interpretativa de obras, artigos e documentos normativos relevantes para o debate sobre educação inclusiva, Educação Especial, intersetorialidade e multidisciplinaridade. A escolha desse percurso metodológico justifica-se pela natureza do problema investigado, que exige examinar categorias conceituais, tensões teóricas e implicações político-pedagógicas presentes na literatura especializada.

Foram privilegiadas, como eixo analítico, as contribuições de Mantoan, Booth, Ainscow, Sasaki, Pletsch, Glat, Florian, Beyer, Slee, Vygotsky e Prieto, por constituírem referenciais consistentes no debate sobre inclusão escolar. Complementarmente, recorreu-se a marcos normativos da política educacional brasileira, especialmente aqueles vinculados à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. O procedimento de análise envolveu leitura exploratória, seleção temática e interpretação relacional dos textos, buscando identificar convergências, tensões e aportes para a compreensão do trabalho articulado entre escola, família e rede de apoio, diante de algumas inquietações na prática da dinâmica escolar.

## 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da análise bibliográfica evidenciam, em primeiro lugar, que a educação inclusiva, nos referenciais mobilizados, não se confunde com a simples inserção física do estudante público da Educação Especial na classe comum. O conjunto dos autores analisados converge para a compreensão de que a inclusão exige transformação das culturas, das políticas e das práticas escolares, com revisão curricular, eliminação de barreiras à participação e redefinição das responsabilidades institucionais. Nesse sentido, a articulação entre escola, família e rede de apoio aparece, nos estudos examinados, como elemento estruturante para sustentar a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, fragilidade dos serviços públicos e persistência de leituras medicalizantes da diferença.

Em segundo lugar, a literatura analisada demonstra que a intersetorialidade e a multidisciplinaridade produzem efeitos mais consistentes quando não substituem a função pedagógica da escola, mas a fortalecem. Os dados teóricos discutidos indicam que o trabalho colaborativo dos professores, atendimento educacional especializado, gestão escolar, famílias e demais profissionais da rede amplia a compreensão sobre as necessidades educacionais dos estudantes e favorece a construção de estratégias pedagógicas mais responsivas. Ao mesmo tempo, os referenciais críticos alertam para limites importantes: quando o diagnóstico, o encaminhamento ou o saber técnico especializado ocupam centralidade excessiva, corre-se o risco de fragmentar o acompanhamento escolar e de deslocar da escola a responsabilidade pelo ensino. Assim, a análise dos resultados confirma que a consolidação da educação inclusiva depende de redes de apoios articuladas, formação continuada, planejamento coletivo e compromisso político com a justiça educacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite afirmar que a intersetorialidade e a multidisciplinaridade ocupam lugar estratégico na consolidação da educação inclusiva, desde que compreendidas como mediações de fortalecimento da escola e não como mecanismos de transferência de responsabilidades pedagógicas. A inclusão dos estudantes da Educação Especial exige ação articulada entre diferentes atores e políticas, mas essa articulação só produz efeitos democráticos quando

orientada por uma concepção crítica de educação, fundada no direito à participação, à aprendizagem e ao reconhecimento das diferenças.

Os autores mobilizados convergem em um ponto fundamental: a inclusão não se limita ao acesso, tampouco se realiza por meio de adaptações pontuais. Ela demanda transformação institucional, revisão de currículos, enfrentamento das barreiras à participação, valorização das famílias e construção de práticas pedagógicas responsivas à heterogeneidade. Mantoan, Booth, Ainscow, Sasaki, Pletsch, Glat, Florian, Beyer, Slee, Vygotsky e Prieto, embora partam de ênfases distintas, oferecem aportes complementares para compreender que a diferença não deve ser tomada como desvio, mas como dimensão constitutiva da vida escolar.

Conclui-se, portanto, que o suporte articulado entre escola, família e rede de apoio representa condição relevante para a efetivação de processos inclusivos mais consistentes. Contudo, tal suporte precisa ser institucionalizado por meio de políticas públicas, formação continuada, tempos coletivos de trabalho e pactos intersetoriais capazes de sustentar ações permanentes. Em uma perspectiva de justiça educacional, a intersetorialidade e a multidisciplinaridade só cumprem seu papel quando se colocam a serviço da construção de uma escola menos seletiva, mais acessível e efetivamente comprometida com o direito de todos à educação.

## 6 REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O.; FERREIRA, W.B.; IRELAND, T.D.; BARREIROS, D. (org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.
- BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 3. ed. Bristol: CSIE, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- FLORIAN, L. What counts as evidence of inclusive education? *European Journal of Special Needs Education*, v. 29, n. 3, p. 286-294, 2014.
- GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Rio de Janeiro: Edur, 2014.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SLEE, R. The irregular school: exclusion, schooling and inclusive education. London: Routledge, 2011.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

